

Bolsa fecha em baixa prejudicada por Vale e siderúrgicas; dólar cai seguindo tendência global

A Bolsa fechou em baixa na segunda-feira (24), prejudicada principalmente pelas ações da Vale e das siderúrgicas. As empresas reagiram à queda do minério de ferro, e ao noticiário sobre os temores de uma nova onda de Covid-19 no país asiático. No câmbio, o dólar seguiu, em relação ao real, a tendência de desvalorização vista em todo o mundo.

O Ibovespa encerrou o dia em baixa de 0,40%, a 103.946 pontos. O dólar comercial à vista fechou com queda de 0,37%, a R\$ 5,040.

Nos mercados futuros, os juros também apresentaram queda. Nos contratos para janeiro de 2025, as taxas recuaram de 11,97% do fechamento da última quinta-feira (20) para 11,87%. No vencimento

em janeiro de 2027, os juros passaram de 11,94% para 11,83%. Em janeiro de 2029, a taxa recuou de 12,32% para 12,23%.

Segundo informações da agência Bloomberg, o fim de semana na China foi marcado pelo aumento dos receios por uma nova onda de casos de Covid-19 no país.

Segundo os relatos, a palavra "Covid" foi uma das que mais apareceram em pesquisas na plataforma Weibo, uma das redes sociais mais populares da China. O assunto "segunda onda de Covid" teve mais de 95 milhões de buscas somente na segunda-feira.

Tudo isto porque o Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China mencionou, no fim da semana passada, uma nova sub-va-

riante do vírus.

Zhang Wenhong, um dos maiores especialistas chineses sobre Covid-19, disse que os grupos mais vulneráveis deveriam receber uma dose de reforço da vacina contra a doença, e que a população deve começar a estocar medicamentos como forma de se preparar para novas variantes.

Além disso, o minério de ferro tem caindo nos últimos dias, saindo do patamar de US\$ 120 a tonelada e se aproximando dos US\$ 115 nos mercados chineses. No final de março, a tonelada estava em US\$ 127.

As ações ordinárias da Vale fecharam com baixa de 3,73%. Outras ações do setor também recuaram. Destaque para a ordinária da CSN Mineração, com queda de 5,15%.

Renato Machado/Folhapress



Economia



Mercado aumenta projeção para crescimento da economia em 2023

Página - 03

CMN simplifica sistema de pagamentos em moedas locais do Mercosul

Página - 03



Concessionárias de aeroportos querem renegociar R\$ 5 bi com governo

Página - 08

Motos elétricas: empresa constrói fábrica em Manaus e prevê faturamento de R\$ 69 milhões

Página - 08



Política

Haddad minimiza críticas sobre falta de punição por descumprimento de metas do marco fiscal

Página - 04

Países iniciam retirada de cidadãos do Sudão

Página - 02

No Mundo

Diplomata da China contesta soberania de países da ex-URSS e gera mal-estar na Europa



Cada vez mais cobrada por uma condenação mais efusiva da atuação da Rússia na Guerra da Ucrânia, a China voltou a causar mal-estar na Europa na sexta-feira (21). O motivo foi uma declaração de um diplomata chinês em que ele punha em xeque a soberania das ex-nações da União Soviética categoria a que pertence o país liderado por Volodimir Zelenski, independente desde a dissolução do bloco em 1991.

O diplomata em questão era Lu Shaye, embaixador do país asiático na França, e sua fala se deu em uma entrevista

ao canal de notícias LCI. Na ocasião, Lu afirmou que a Ucrânia e outros países da região “não têm um status efetivo sob o direito internacional, porque não há um acordo internacional que confirme seus status como nações soberanas”. Questionado se a Crimeia era parte da Ucrânia a pergunta original da emissora, Lu ainda respondeu que “depende de como se observa o problema”. “Há uma história. A Crimeia era russa a princípio”, declarou.

De fato, a península pertenceu à Rússia por séculos até ser cedida à então Ucrânia soviética em 1954, num agra-

do do líder Nikita Krushchov à terra onde fizera carreira. Composta basicamente de russos étnicos, ela foi anexada pelo governo de Vladimir Putin sem um tiro em 2014, na esteira da guerra civil que se seguiu à derrubada de um governo pró-Moscou em Kiev.

Embora a ONU não tenha reconhecido a anexação, na comunidade internacional ela era tratada como fato consumado ao menos, isto é, até a Guerra da Ucrânia. O território é uma das áreas que Zelenski exige que seja desocupada como pré-requisito para iniciar quaisquer negociações de paz.

Folhapress

Países iniciam retirada de cidadãos do Sudão

Europa, China e Japão correram para retirar seus cidadãos de Cartum nesta segunda-feira e milhares de pessoas aproveitaram uma aparente calmaria nos combates entre o Exército e uma força paramilitar nos últimos dois dias para escapar do Sudão.

A súbita violência entre os militares e o bem armado grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF) em 15 de abril desencadeou uma crise humanitária e matou 427 pessoas, disseram agências da ONU. Outros têm manifestado medo à medida que os confrontos se espalham por áreas residenciais.

Países, incluindo Estados do Golfo e a Rússia, estavam tentando retirar os cidadãos na segunda-feira, e houve um êxodo crescente para os vizinhos do Sudão, incluindo 10

mil pessoas que fugiram para o Sudão do Sul, apesar da instabilidade crônica do país.

O Brasil também iniciou a retirada de seus cidadãos do país africano. O Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, informou que 16 brasileiros, entre eles, jogadores do clube de futebol Al-Merreikh, estavam em Cartum quando o conflito armado despontou. Segundo a pasta, 15 dos brasileiros deixaram a capital sudanesa em diferentes “operações de evacuação”.

Junto com milhões de sudaneses sem acesso a serviços básicos, diplomatas estrangeiros, trabalhadores humanitários, estudantes e suas famílias se viram em uma zona de guerra na semana passada. A conectividade com a internet foi cortada na segunda-feira, informou o site Netblocks.

CNN



De olho na China, Austrália anuncia maior reforma militar desde a Segunda Guerra



A Austrália revelou uma mudança radical em seus gastos com defesa, anunciada como a revisão mais significativa de sua preparação militar desde a Segunda Guerra Mundial, mudando sua ênfase para capacidades ofensivas de longo alcance e construção de munições em território nacional.

Lançando a Revisão Estratégica de Defesa em Canberra, o primeiro-ministro Anthony Albanese disse que a estratégia de seu governo foi projetada para tornar a Austrália mais autossuficiente, mais preparada e mais segura.

“Não podemos cair em velhas suposições. Devemos construir e fortalecer nossa segurança procurando moldar o futuro em vez de esperar que o futuro nos molde”, disse Albanese.

A revisão examinou bilhões de dólares comprometidos pelo governo anterior e reavaliou seu valor contra ameaças percebidas, inclusive de uma China cada vez mais forte sob o líder Xi Jinping.

Embora a versão não confidencial do relatório não incluía avaliações confidenciais de ameaças específicas, observou que o maior aliado de defesa da Austrália, os Estados Unidos, “não é mais o líder

unipolar do Indo-Pacífico”.

“A afirmação de soberania da China sobre o Mar da China Meridional ameaça a ordem global baseada em regras no Indo-Pacífico de uma forma que afeta negativamente os interesses nacionais da Austrália”, disse a revisão.

O maior nível de risco estratégico que a Austrália enfrenta agora é a perspectiva de um grande conflito na região, acrescentou a revisão, sugerindo uma estratégia de maior autossuficiência combinada com relacionamentos mais fortes com seus aliados e potências-chave na região, incluindo Japão e Índia.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado aumenta projeção para crescimento da economia em 2023



A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 0,9% para 0,96%. A estimativa está no boletim Focus de ontem (24), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,41%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 1,8%, respectivamente.

A previsão para o Índi-

ce Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, também subiu, de 6,01% para 6,04% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4,18%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4%, para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, a chance de a inflação oficial superar o teto

da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro, de 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Andreia Verdélio/ABR

STF pode decidir correção do FGTS nesta semana

O julgamento sobre a correção dos valores do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no STF (Supremo Tribunal Federal) está previsto para ser retomado na quinta-feira (27) e pode ser concluído ainda nesta semana.

O julgamento da revisão do FGTS no STF foi suspenso na quinta-feira passada (20) pela ministra Rosa Weber após a apresentação dos votos de Luís Roberto Barroso e André Mendonça, que votaram a favor da mudança na correção do fundo.

Relator da ação que discute a revisão do FGTS, Barroso defendeu que o dinheiro dos trabalhadores no fundo deve ter pelo menos a remuneração da poupança. O ministro André Mendonça disse que reforçaria a tese de Barroso e acrescentou, em seu voto, que a TR é inconstitucional.

Hoje, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR, que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação, deixando de repor as perdas do trabalhador.

Pelas regras atuais, o trabalhador que recebe um salário mínimo, hoje em R\$ 1.302, e tem 8% dos rendimentos, ou R\$ 104,16, recolhidos para o FGTS, teria em um prazo de 10 anos um montante acumulado de R\$ 15.031, segundo cálculo feito pelo assessor de investimentos Michael Viriato, autor do blog De grão em grão.

Já se fosse adotado o mesmo índice de correção da nova caderneta de poupança de 6,17% ao ano, como defende o ministro Luís Roberto Barroso, o saldo acumulado chegaria a R\$ 16.413. São R\$ 1.400 a mais, ou 9,2% acima do resultado atual do fundo de garantia.

Folhapress



CMN simplifica sistema de pagamentos em moedas locais do Mercosul



Mecanismo que permite transações em moedas locais entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) foi simplificado e uniformizado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-feira (20), uma resolução que barateia a utilização do sistema e amplia os tipos de instituições financeiras aptas a usar a ferramenta.

As instituições financeiras que operam o SML tiveram os procedimentos operacionais simplificados. Os mecanismos de controle das operações de crédito e do funcionamento do sistema foram padronizados. O CMN também autorizou que mais

instituições financeiras operem no SML, oferecendo-o como produto adicional aos clientes das instituições autorizadas a operar em câmbio.

“As atualizações têm potencial de promover a concorrência, reduzir o custo ao usuário final, melhorar a segurança, reduzir o tempo dos pagamentos, integrar o SML às inovações do sistema financeiro e contribuir para a eficiência supervisória do BC”, informou o órgão em nota.

Segundo o BC, a medida resultou de debate entre os técnicos do órgão, sem pedido do governo federal. “Não chegou nada para minha equipe”, disse o chefe-adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do BC, Marcelo Aragão. Ele afirmou

que as novas regras tornaram mais atrativo para as instituições financeiras oferecer o SML nas transações entre os países do Mercosul.

Uma das principais mudanças, explicou Aragão, diz respeito à possibilidade de que todas as instituições que operam com câmbio possam fazer transações dentro do SML. Até agora, as transferências tinham de passar por uma “conta de liquidação”, que tinha um conceito confuso, segundo o técnico do BC.

Estabelecido por acordo entre os Bancos Centrais, o SML dispensa o contrato de câmbio e permite que uma das partes, geralmente o exportador, fixe o preço da mercadoria ou serviço na moeda de seu país.

Wellton Máximo/ABR

Publicidade Legal

Haddad minimiza críticas sobre falta de punição por descumprimento de metas do marco fiscal



O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, minimizou as críticas feitas ao governo por conta do dispositivo da nova regra fiscal que exclui a penalização de gestores que não cumprirem metas fiscais. Ele concedeu entrevista a jornalistas na segunda-feira (24), em Brasília.

“Tenho ouvido a crítica, mas ninguém pune o Banco Central por não cumprir a meta de inflação. Você estabelece regras para tornar a gestão mais rígida, mas o resultado fiscal depende também do Congresso, do Supremo, não somente do Executivo. Esse julgamento do STJ na quarta pode mudar completamente o horizonte fis-

cal do país e não depende do Executivo”, disse o ministro.

O julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao qual o ministro se referia definirá se incentivos fiscais de ICMS integram a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Conforme a proposta de nova regra fiscal, os gastos do governo podem aumentar em 70% do crescimento das receitas, com limite inferior de crescimento de 0,6% e superior de 2,5% ao ano. O regime se propõe a atingir uma meta de trajetória do superávit primário de -0,5% do PIB em 2023, 0% do PIB em 2024, 0,5% do PIB em 2025

e 1,0% do PIB em 2026, com uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

No entanto, para atingir tais metas, a estimativa do próprio Ministério da Fazenda é de elevação da receita em cerca de R\$ 150 bilhões. O novo arcabouço fiscal foi enviado ao Congresso Nacional e a matéria já tem relator definido. A Lei de Responsabilidade Fiscal, vigente desde 2000, estabelece parâmetros a serem seguidos quanto ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios). As penas pelo não cumprimento das metas e limitações de gastos podem acarretar desde multas a cassação de mandato. CNN

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (“Companhia”) a se reunirem às 09:00, do dia 28 de abril de 2023, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84994689394?pwd=M2s5S1NXcmFTblhCTDd4MTlFNG5kdz09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c. Reeleição dos membros da Diretoria; d. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor (20, 21 e 25/04/2023)

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberarem sobre: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) deliberar acerca da distribuição proventus, através de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) – referentes aos exercícios de 2022; c) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) eleger o Sr. **Rodrigo Casado Oliveira da Silva** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; b) reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de mais 1 ano; c) apresentar a composição do Conselho de Administração; d) alterar o endereço da sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0001-16 e com NIRE 35.300.117.441; e) alterar o endereço da filial localizada na cidade de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69 e com NIRE 35.901.562.725; f) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Itajaí inscrita no CNPJ nº 58.317.751/0015-11 e com NIRE 42.901.033.892 da Companhia; g) eleger o Sr. **Nicolas Bortoleto Oliveira**, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; h) reeleger os demais Diretores da Companhia por mais um ano; i) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; j) aprovar a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, alteração e/ou estabelecimento da alçada de aprovação de contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens e estabelecimento de deliberação sobre aumento de capital social; k) aprovar a alteração do Artigo 22 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes da Diretoria da Companhia, incluindo, alteração de alçada e/ou estabelecimento para a contratação de novos empréstimos; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens; l) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e m) a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 25/04/2023)

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda.

CNPJ/MF nº 04.204.567/0001-30 – NIRE 35.218.883.411

Edital de Convocação

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda. convoca os sócios para se reunirem em Reunião Extraordinária, que se realizará em 02/05/2023 às 10:00 horas, na Rua Ricardo Hildebrand, nº 336, Eroise, Leme-SP, para examinar, discutir e votar a seguinte Ordem do Dia: dissolução, liquidação e extinção da sociedade em decorrência de sua inatividade. **Egídio Osti Neto** – Sócio Administrador. Leme, 17/04/2023. (20, 21 e 25/04/2023)

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A

CNPJ/MF nº 09.556.146/0001-92

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S.A., convoca todos os seus membros e os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 14h30, no seguinte endereço: **Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.912 – Sala 213, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP: 01451-907. A Pauta da reunião será a seguinte: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apresentação de contas e demonstrações contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Suspensão de direitos dos sócios remissos, nos termos do art. 120 da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os membros e os acionistas deverão estar presentes ou representados por meio de procuração, conforme as normas estatutárias. A participação na reunião pode ser feita por meio virtual, conforme autorizado pelo estatuto da organização. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária estão disponíveis para consulta dos membros e os acionistas na sede da empresa, nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 20/04/2023. **Sallen Viegas de Moraes** – CPF: 006.903.741-86 (20, 21 e 25/04/2023)**

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da FCBPC Holding S.A. a ser realizada em 5 de maio de 2023

Ficam convocados os Senhores Acionistas detentores de ações ordinárias da FCBPC Holding S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia”) na forma do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). A Assembleia será realizada, em primeira convocação, no dia 05 de maio de 2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, ou por videoconferência, por meio do link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 (“IN DREL 81/20”), nos termos do art. 124, § 2º A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) **Em Sede de Assembleia Geral Ordinária:** a) tomar as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e c) a verba global da remuneração da administração da Companhia referente ao exercício social de 2023. (2) **Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária:** d) a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 200.000.000 (duzentas milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, fixado conforme o art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A. e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023 (“Aumento de Capital Autorizado”); e) a alteração da redação do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital Autorizado. **Documentos para Participação da Assembleia. 1.1.** A Assembleia será realizada na modalidade semipresencial e os acionistas da Companhia poderão optar por participar da Assembleia por uma das seguintes formas: (i) pessoalmente ou por videoconferência; ou (ii) por procurador devidamente constituído. O acionista da Companhia que optar por participar da Assembleia pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove a sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. **1.2.** Os acionistas que optem por participar da Assembleia por videoconferência deverão, além de apresentar por e-mail os documentos indicados no item 1.1 acima, deverão informar por e-mail à Companhia para o endereço eletrônico juridico@souaista.com.br, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, em primeira convocação, seu interesse em participar da Assembleia por videoconferência. Os acionistas que não enviarem e-mail no prazo acima indicado estarão impossibilitados de participar da Assembleia por videoconferência. **1.2.1.** A Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições acima. O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. **1.3.** Para os casos em que o acionista da Companhia opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item 1.1 acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. **1.4.** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. **1.5.** Os acionistas da Companhia deverão encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico juridico@souaista.com.br, os documentos comprobatórios mencionados nos itens acima, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização, em primeira convocação, da Assembleia. Não obstante os prazos para encaminhamento dos documentos de representação indicados nos itens acima, os acionistas da Companhia poderão participar presencialmente da Assembleia, desde que apresentem os documentos até o horário de início da Assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, nos termos da regulamentação aplicável. **1.6.** Para todos os efeitos legais, considerar-se-á presente na Assembleia o acionista que, pessoalmente, por videoconferência ou por meio de seu procurador, registre presencialmente sua presença na data e horário da Assembleia. **2. Documentos à disposição dos Acionistas. 2.1.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme aviso de acionistas publicado em 29 de março de 2023. São Paulo, 24 de abril de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 25 e 26/04/2023)

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 06 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 06/04/2023, às 9h, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, § 3º, do Estatuto Social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** os diretores presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a prestação de garantias reais pela Companhia, mediante a celebração do contrato de cessão fiduciária (“Contrato de Cessão Fiduciária”), em que a Companhia figura como cedente, para fins de garantir o pagamento integral e tempestivo de 13,30% do Valor Nominal Unitário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), devidos pela CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC Brasil”) aos Debenturistas por força do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da CVC Brasil, celebrado em 29/03/2019, conforme aditado (“Escritura 4ª Emissão”) e do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CVC Brasil, celebrado em 21/01/2021, conforme aditado (“Escritura 5ª Emissão”), sem considerar, portanto, a Remuneração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e outros custos ou encargos que possam ser devidos aos Debenturistas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (“Obrigações Garantidas”). Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Companhia, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretroativo, de modo pro-solvendo, nos termos do artigo 66 B, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei nº 4.728, dos artigos 18 e 20 da Lei 9.514, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, do Decreto-Lei nº 911 e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 264, de 25/11/2022 (“Resolução BCB 264”), transfere e cede fiduciariamente às Cessionárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou restrições, com exceção dos ônus constituídos pelo Contrato de Cessão Fiduciária (os incisos abaixo, em conjunto, “Créditos Cedidos Fiduciariamente”): (a) Direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes de transações de compra e venda de bens e serviços já efetuadas, nesta data, ou que venham a ser efetuadas durante a vigência das Debêntures 4ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e das Debêntures 5ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), por meio de cartões de crédito, representados por unidade de recebíveis que atendam aos critérios de elegibilidade elencados na Cláusula 1.2 do Contrato de Cessão Fiduciária (“UBs”), que estarão identificados nos registros eletrônicos disponibilizados pelas Cessionárias junto a determinada central registradora a ser indicada pela CVC Brasil, desde que referida registradora observe a regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 4.734 de 27/06/2019, da Resolução BCB 264, incluindo, mas não se limitando, à convenção entre entidades registradoras (“Entidade Registradora”), em quantidade suficiente para manutenção do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas (“Recebíveis dos Cartões”), observado o disposto na Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária; (b) todos e quaisquer recursos que vierem a ser depositados em contas correntes a serem abertas e mantidas junto ao Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1111, 2º Andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80, na qualidade de banco depositário e administrador (“Banco Administrador”), de titularidade das Cedentes (em conjunto, “Contas Arrecadoras”), no prazo de até 60 dias contados da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária nas quais transitarão obrigatoriamente os Recebíveis dos Cartões, bem como os Investimentos Permitted (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo recursos eventualmente em trânsito nas Contas Arrecadoras, ou em compensação bancária, inclusive eventuais acréscimos ou valores, seja a que título for, incluindo, mas não se limitando a multa, juros e demais encargos a eles relacionados, líquidos de tarifas e comissões devidas (“Direitos das Contas Arrecadoras”); e (c) todos os Investimentos Permitted que sejam constituídos para formação de Cash Collateral (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária). (ii) Autorizar a diretoria da Companhia ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar perante qualquer entidade todos os atos necessários para a outorga da garantia real ora aprovada, incluindo, mas não se limitando à celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como celebrar aditamentos ao referido instrumento, registrar e averbar o Contrato de Cessão Fiduciária, podendo praticar todos os atos necessários para a sua perfeita eficácia. **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André/SP, 06/04/2023. Mesa: Sr. Marcelo Kopel - Presidente, Sra. Julia Amadi Soares - Secretária. JUCESP nº 148.686/23-0 em 18/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: @datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site: datamercantil.com.br

Azaleia Participações S.A.			
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Valores expressos em Reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO	61.679.086,41D	52.740.321,24D	
CIRCULANTE	844,98D	3.093.439,73D	
CAIXA	614,30D	103,80D	
CAIXA GERAL	102,80D	102,80D	
CAIXA	102,80D	102,80D	
Caixa	102,80D	102,80D	
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D	
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D	
Bco. Itaú S/A	10,01D	0,00	
Bco. Bradesco S/A	0,00	1,00D	
APLICAÇÕES FINANC.DE LIQUIDEZ IMEDIATA	501,49D	0,00	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	501,49D	0,00	
Banco Itaú S/A	501,49D	0,00	
OUTROS CREDITOS	230,68D	3.091.252,50D	
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D	
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D	
Santa Barbara Imóveis S.A.	0,00	3.091.252,50D	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	229,90D	0,00	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	229,90D	0,00	
Antecipações	229,90D	0,00	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D	
IRRF s/ Aplicações Financeiras	0,78D	0,02D	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	2.083,41D	
APLIC. FINANC. COM REND. PÓS FIXADOS	0,00	2.083,41D	
C.D.B.	0,00	2.083,41D	
Bco. Bradesco S/A	0,00	2.083,41D	
NÃO CIRCULANTE	61.678.241,43D	49.646.881,51D	
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D	
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D	
CONTROL.E COLIGADAS – EQUIV. PATRIMON.	61.678.241,43D	49.646.881,51D	
Agio s/Investimento – Santa Bárbara	0,00	2.288.075,99D	
Brumado Participações Ltda.	0,00	2.803.301,04D	
Triunfo Agropecuária Ltda.	0,00	23.194.505,80D	
Santa Bárbara Imóveis Ltda.	0,00	867.867,99D	
Agio s/Investimento – Brumado	0,00	1.650.817,31D	
Agio s/Investimento – Triunfo	0,00	18.842.313,38D	
Brumado Participações S.A.	4.098.155,66D	0,00	
Triunfo Agropecuária S.A.	54.593.736,70D	0,00	
Santa Bárbara Imóveis S.A.	2.986.349,07D	0,00	
PASSIVO e PATRIMONIO LIQUIDO	61.679.086,41C	52.740.321,24C	
CIRCULANTE	1.882,52C	3.092.958,34C	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3,92C	0,84C	
IMPOSTOS A RECOLHER	3,92C	0,84C	
FEDERAIS	3,92C	0,84C	
Imposto de Renda	0,16C	0,15C	
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	3,76C	0,69C	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.878,60C	1.705,00C	
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIA-RIAS	1.878,60C	1.705,00C	
OBRIG. PREVIDENCIARIAS	1.878,60C	1.705,00C	
INSS	1.878,60C	1.705,00C	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	3.091.252,50C	
CONTAS A PAGAR	0,00	3.091.252,50C	
CONTAS A PAGAR	0,00	3.091.252,50C	
M.S.A.Q.B.Imóveis Ltda.	0,00	3.091.252,50C	
NÃO CIRCULANTE	251.607,16C	159.607,16C	
EMPRESTIMOS E FINANCI-AMENTOS	251.607,16C	159.607,16C	
OUTROS DÉB.C/SÓCIOS, ADM. PESSOAS COL. SÓCIOS	251.607,16C	159.607,16C	
SÓCIOS	251.607,16C	159.607,16C	
Maria Stella Assumpção Quartim Barbosa	251.607,16C	159.607,16C	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.425.596,73C	49.487.755,74C	
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.865.777,00C	26.865.777,00C	
CAPITAL SOCIAL	26.865.777,00C	26.865.777,00C	
Capital Social	26.865.777,00C	26.865.777,00C	
RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C	
RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C	
RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C	
Fundo para Aumento de Capital	0,63C	0,63C	
RESERVAS DE LUCROS	34.559.819,10C	22.621.978,11C	
RESERVAS DE LUCROS	34.559.819,10C	22.621.978,11C	
RESERVAS DE LUCROS	34.559.819,10C	22.621.978,11C	
Reserva Legal	1.882.553,59C	1.285.661,54C	
Reserva de Lucros	32.677.265,51C	21.336.316,57C	

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC -
 R\$ 5,0589 / R\$ 5,0595 **
 Câmbio livre mercado -
 R\$ 5,0380 / R\$ 5,0400 *
 Turismo - R\$ 5,1600 /
 R\$ 5,2480
 (*) cotação média do
 mercado
 (**) cotação do Banco
 Central
 Variação do câmbio livre
 mercado
 no dia: -0,37%

OURO BM&F
 R\$ 318

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: -0,40%
 Pontos: 103.946
 Volume financeiro:
 R\$ 19,774 bilhões
 Maiores altas: Pão de
 Açúcar CBD ON (4,61%),
 Raizen PN (3,86%), São
 Martinho ON (3,14%)
 Maiores baixas: CSN
 Mineração ON (-5,36%),
 Braskem PNA (-4,34%),
 Bradespar PN (-4,18%)
 S&P 500 (Nova York):
 0,09%
 Dow Jones (Nova York):
 0,2%
 Nasdaq (Nova York):
 -0,29%
 CAC 40 (Paris): -0,04%
 Dax 30 (Frankfurt):
 -0,11%
 Financial 100 (Londres):
 -0,02%
 Nikkei 225 (Tóquio):
 0,1%
 Hang Seng (Hong Kong):
 -0,58%
 Shanghai Composite
 (Xangai): -0,78%
 CSI 300 (Xangai e
 Shenzhen): -1,24%
 Merval (Buenos Aires):
 2,93%
 IPC (México): 0,99%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Maio 2022: 0,47%
 Junho 2022: 0,67%
 Julho 2022: -0,68%
 Agosto 2022: -0,36%
 Setembro 2022: -0,29%
 Outubro 2022: 0,59%
 Novembro 2022: 0,41%
 Dezembro 2022: 0,62%
 Janeiro 2023: 0,53%
 Fevereiro 2023: 0,84%

Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.			
CNPJ nº 02.814.340/0001-81			
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 30/06/2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	30/06/2022	30/06/2021	
Ativo	102.019	57.551	
Circulante	102.019	57.551	
Caixa e equivalentes de caixa	1.856	7.499	
Contas a receber	48.342	21.787	
Estoques	45.310	22.412	
Tributos a recuperar	5.670	4.537	
Créditos diversos	841	1.316	
Não circulante	89.249	27.278	
Partes relacionadas	487	763	
Depósitos judiciais	223	351	
Investimentos	93	93	
Imobilizado	14.597	7.689	
Intangível	58.193	13.465	
Direito de uso de arrendamento	15.656	4.917	
Total do ativo	191.268	84.829	
Passivo e patrimônio líquido	81.645	34.059	
Circulante	81.645	34.059	
Fornecedores	50.586	22.117	
Empréstimos e financiamentos	15.131	800	
Obrigações trabalhistas	4.604	2.264	
Obrigações tributárias	2.432	570	
Partes relacionadas	117	3.036	
Adiantamento de clientes	1.711	516	
Arrendamento mercantil	2.598	3.011	
Contas a pagar	4.466	1.745	
Não circulante	67.273	8.731	
Empréstimos e financiamentos	45.274	1.428	
Obrigações tributárias	472	692	
Partes relacionadas	46	47	
Provisão para demandas judiciais	240	161	
Contas a pagar	7.292	2.531	
Arrendamento mercantil	13.949	3.872	
Patrimônio líquido	42.350	42.039	
Capital social	10.094	10.094	
Reserva legal	361	322	
Agio em transações de capital	(1.732)	(1.732)	
Reserva de lucro	33.627	33.355	
Total do passivo e patrimônio líquido	191.268	84.829	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	30/06/2022	30/06/2021	
Lucro líquido do exercício	776	1.624	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	776	1.624	
Antonio Celso Dias Avelino – Presidente			
Priscila Monaco – Diretora Financeira			
Francisco Dantas de Medeiros – Contador			
CRC 1SP 136.925/O-3			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30/06/2022	30/06/2021	
Receita operacional líquida	398.395	204.320	
Custo das mercadorias vendidas	(315.893)	(159.537)	
Lucro bruto	82.502	44.783	
Recursos/ (despesas) operacionais	3.858	3.596	
Despesas gerais e administrativas	(53.927)	(27.973)	
Despesas comerciais	(25.524)	(13.502)	
Resultado de equivalência patrimonial	807	288	
Lucro antes das despesas e receitas financ.	3.858	3.596	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	30/06/2022	30/06/2021	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	776	4.163	
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação	943	1.088	
Amortização	3.153	455	
Depreciação direito de uso - CPC 06(R2)	1.541	1.463	
Provisão para demandas judiciais	79	(162)	
Provisão para devedores duvidosos	1.425	286	
Provisão para perdas de estoques	13	(33)	
Resultado da equivalência patrimonial	(807)	(288)	
Ajuste a valor presente - Arrendamento mercantil	-	533	
Resultado ajustado	7.123	7.505	
Diminuição/(aumento) ativo	7.123	7.505	
Contas a receber	(17.069)	(4.643)	
Estoques	(15.323)	(3.672)	
Créditos diversos e impostos a recuperar	(56)	(1.580)	
Depósitos judiciais	233	(47)	
Aumento/(diminuição) passivo	11.819	8.189	
Fornecedores	11.819	8.189	
Obrigações trabalhistas e tributárias	955	(1.579)	
Contas a pagar e adiantamento de clientes	8.358	4.233	
Arrendamento mercantil	(2.616)	(1.873)	
Fluxo de caixa gerado pelas ativ. operac.	(6.576)	6.533	
IRPJ e CSLL pagos	-	(140)	
Fluxo de caixa gerado pelas ativ. operac.	(6.576)	6.533	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(47.365)	(6.976)	
Atividade de investimento			
Investimentos	7.282	-	
Aquisição de participação societária / carteira de clientes	(35.220)	(2.365)	
Imobilizado	(7.175)	(2.795)	
Intangível	(12.635)	(3.717)	
Efeito da incorporação	383	1.901	
Caixa e equivalentes de caixa incorporado (Vinhais/Mariusso)	383	1.901	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(47.365)	(6.976)	
Atividade de financiamento	53.259	1.640	
Empréstimos e financiamentos	53.259	1.640	
Dividendos pagos	(465)	(463)	
Pagamento/(recebimento) do ativo - partes relacionadas	185	2.163	
Recebimento/(pagamentos) do passivo - partes relacionadas	(4.681)	(2.856)	
Fluxo de caixa gerado pelas ativ. de financ.	48.298	484	
Diminuição de caixa e equiv. de caixa	(6.643)	(99)	
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	7.499	7.598	
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	1.856	7.499	
Diminuição de caixa e equiv. de caixa	(6.643)	(99)	

Via Sudeste Transportes S/A

CNPJ/MF nº 32.184.522/0001-87

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro (Em Reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Em Reais)									
Ativo	N.E.	2022	2021	Data	Título Da Conta	Capital Social	Resultado Exerc. Anterior	Resultado do Período	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Para Contingência	Total
Ativo		432.768.967,19	413.002.026,53										
Circulante		247.482.082,35	211.675.897,66										
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	692.225,10	707.605,07	02/01/2021	Transf.entre contas (fornecedor)	-	(174,72)	-	-	-	-	-	(174,72)
Caixa		692.225,10	697.021,07	18/02/2021	Transf.entre contas (processo)	-	43.333,50	-	-	-	-	-	43.333,50
Banco c/movimento		-	10.584,00	01/03/2021	Transf.entre contas (processo)	-	20.007,00	-	-	-	-	-	20.007,00
Contas a Receber	5	23.839.430,83	38.851.263,24	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	-	(8.076.150,39)	8.076.150,39	-	-	-	-
Contas a Receber (Sptrans)		23.839.430,83	38.851.263,24	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	-	517.244,25	(517.244,25)	-	-	-	-
Outros Créditos		208.002.298,68	158.481.340,39	31/12/2021	Transf. Para Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Veiculos Destinados a Venda	6	165.688.970,24	125.066.935,74	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos Diversos	7	42.313.328,44	33.414.404,65	31/12/2021	Transf. Para Reserva Estatutária	-	(63.165,78)	-	-	-	-	-	63.165,78
Mútuos	8	7.994.001,84	5.962.176,75	31/12/2021	Transf.entre contas (processo)	-	-	-	-	-	-	-	(2.644.152,50)
Via Sul Transportes Urbanos Ltda		7.994.001,84	5.962.176,75	31/12/2021	Lucro Líquido do Exercício	-	-	7.558.906,14	-	-	-	-	7.558.906,14
Estoques	9	5.153.693,40	5.993.512,21	Saldo em 31/12/2021		24.992.000,00		-16.297.251,37	1.066.715,77				-14.525.615,91
Almoxarifado		5.153.693,40	5.993.512,21	01/04/2022	Transf.entre contas (processo)	-	115.000,04	-	-	-	-	-	115.000,04
Despesas Pagas Antecip.		1.800.432,50	1.680.000,00	31/12/2022	Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.242.472,39	-	-	-	-	1.242.472,39
Apropriações de Aluguéis		1.800.432,50	1.680.000,00	Saldo em 31/12/2022		24.992.000,00	115.000,04	1.242.472,39	16.297.251,37	1.066.715,77			-14.525.615,91
Não Circulante		185.286.884,84	201.326.128,87										
Realizável a Longo Prazo	10	1.740.273,24	5.442.412,04										
Depósitos restituíveis		1.740.273,24	894.565,59										
Trans com partes Relacionadas		-	4.547.846,45										
Consórcio Via Sul		-	4.547.846,45										
Investimentos		5.029.498,22	2.035.579,58										
Investimentos/Terminais		5.029.498,22	2.035.579,58										
Imobilizado	11	178.517.113,38	193.848.137,25										
Imobilizado		178.517.113,38	193.848.137,25										
(-) Depreciação e amortização		(77.496.573,54)	(47.528.447,64)										
Total Ativo:		432.768.967,19	413.002.026,53										
Passivo		432.768.967,19	413.002.026,53										
Circulante		156.850.372,74	130.312.222,73										
Contas a Pagar		1.866.385,93	1.682.545,50										
Aluguel,água,luz		1.866.385,93	1.682.545,50										
Valores a Pagar		21.722.505,80	16.647.559,39										
Fornecedores	12	21.092.553,49	16.273.542,92										
Outras contas a pagar		187.198,82	1.315,73										
Serviços Profissionais		442.753,49	372.700,74										
Obrigações Fiscais	13	2.251.884,62	266.370,46										
Tributos Federais		2.237.775,19	251.953,35										
Tributos Municipais		8.312,70	8.620,38										
Outros Impostos e Taxas		5.796,73	5.796,73										
Obrigações Trabalhistas	14	22.352.517,96	11.509.335,65										
Obrigações Trabalhistas e Prev.		22.352.517,96	11.509.335,65										
Mútuos	15	4.777.581,82	3.389.778,31										
Transações com Empresas		1.969.095,70	-										
Viação Grajau S/A		2.808.486,12	3.389.778,31										
Obrigações por Emprést.		103.879.496,61	96.816.633,42										
Obrigações por Empr. e Financ.	17	103.879.496,61	96.816.633,42										
Não Circulante		217.679.538,97	225.808.220,75										
Valores a Pagar		217.679.538,97	225.808.220,75										
Empréstimos e Financiamentos	17	128.444.153,19	141.503.557,48										
Mútuos	16	215.089,34	3.629.952,73										
Contas a pagar de processos judiciais	18	89.020.296,44	80.653.710,54										
Patrimônio Líquido	19	58.239.055,48	56.881.583,05										
Capital Social		24.992.000,00	24.992.000,00										
Reserva de Capital		16.297.251,37	16.297.251,37										
Reserva de Lucros		15.592.331,68	15.592.331,68										
Reserva Legal		1.066.715,77	1.066.715,77										
Reserva para contingência		14.525.615,91	14.525.615,91										
Reserva Estatutária		-	-										
Resultado acumulados		1.357.472,43	-										
Resultado de Exercício Anteriores		115.000,04	-										
Resultado de Exercício Corrente		1.242.472,39	-										
Total Passivo:		432.768.967,19	413.002.026,53										

Demonstração de Resultado do Exercício Encerrado em 31 de dezembro (Em Reais)

N.E.	2022	2021
Receita Bruta de Serviços Prestados	591.506.675,33	490.505.733,29
(-) Deduções da Receita	(11.830.133,47)	-
Receita Líquida de Serviços Prestados	579.676.541,86	490.505.733,29
(-) Custo de Operação	(392.014.157,60)	(298.360.598,81)
(-) Custo de Fiscalização	(16.251.911,86)	(14.079.675,40)
(-) Custo de Manutenção	(27.679.041,86)	(25.810.014,92)
Lucro Bruto	143.731.430,54	152.255.444,16
(-) Despesas Administrativas	(102.250.471,99)	(113.883.160,44)
Lucro Operacional	41.480.958,55	38.372.283,72
(+) Receitas Financeiras	20 6.740,85	22.247,69
(-) Outras Despesas	21 (17.903.353,00)	(14.429.578,75)
(+) Outras Receitas	20 3.795.593,42	1.741.083,19
(-) Despesas Financeiras	21 (25.485.626,64)	(17.684.317,17)
Resultado Líq. Antes do IRPJ e CSLL	1.894.313,18	8.021.718,68
(-) IRPJ e CSLL	(651.840,79)	(462.812,54)
Resultado após IRPJ e CSLL	1.242.472,39	7.558.906,14

Secretaria Municipal de Transportes da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita é a remuneração recebida da São Paulo Transportes S.A. – SPTRANS, pela prestação de serviço de transporte. Considerando que esta concessionária e a Via Sul Transporte Urbano Ltda., firmaram entre si, Contrato de Aliança para Cooperação Técnica e Operacional com a finalidade de garantir a esta concessionária a capacitação técnica e operacional necessárias para atender às exigências das Concorrências 001/2015-SMT/GAB Contrato 023/19 Lote E, 002/2015-SMT/GAB Contrato 034/19 Lote AR5. 2. **Apresentação Das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos, dispositivos alterados e outros revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941/09 e 12.973/2014. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todos os valores são expressos em Reais. 3. **Principais Práticas Contábeis** – a) **Apuração do Resultado**: As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. b) **Ativos e Passivos**: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data do balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. c) **Ajuste a valor presente**: Não houve a necessidade de ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no NBC TG 12. d) **Estoques**: Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. e) **Imobilizado**: Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. f) **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**: Os registros são efetuados pelo valor líquido de realização. g) **Passivo Circulante e não circulante**: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores dos documentos (notas fiscais, contratos e documentos correspondentes, etc., acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. h) **Empréstimos e Financiamentos Bancários**: Registra os valores principais atualizados dos contratos de financiamento, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. i) **Tributação: PIS, COFINS, imposto de Renda e Contribuição Social**. Por força da Lei nº 12.860 as contribuições para o PIS e a COFINS foram reduzidas à alíquota zero (zero), a partir de maio de 2013. Nossa empresa possuía em 31/12/2022, um número de 3.096 empregados diretos, beneficiando indiretamente um número ainda maior de famílias da Zona Sudeste de São Paulo. O benefício da desoneração da folha

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro (Em Reais)

	2022	2021
1 – Atividades Operacionais		
A) Resultado Líquido Ajustado:		
(+) Lucro líquido do exercício	1.242.472,39	7.558.906,14
(+) Ajuste no Patrimônio	115.000,04	(2.580.986,72)
(+) Depreciação	29.968.125,90	27.656.576,51
(+) Lucro Líquido Ajustado	31.325.598,33	32.634.495,93
B) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante:		
(-) Contas a receber	(25.610.202,09)	(11.875.677,00)
(-) Outros Créditos	(8.898.923,79)	(32.646.526,65)
(-) Mótuos	(2.031.825,09)	(5.962.176,75)
(+) Estoque	839.818,81	(1.865.703,59)
(+) Despesas Pagas Antecipadamente	(120.432,50)	(280.000,00)
(-) Total (Acréscimo)/ Décrécimo do Ativo Circulante	(35.821.564,66)	(52.630.083,99)
C) Acréscimo/(Décrécimo) do Passivo Circulante		
(+) Contas a Pagar	183.840,43	255.936,35
(+) Fornecedores	4.819.010,57	5.221.285,95
(+) Outras Contas a pagar	185.883,09	(1.182.208,62)
(+) Serviços Profissionais	70.052,75	5.140,85
(+) Obrigações Fiscais	1.985.514,16	(146.863,00)
(+) Obrigações Trabalhistas	10.843.182,31	(7.122.690,67)
(+) Mótuos	1.387.803,51	1.740.996,41
(+) Obrigações por Emprést. e Financ.	7.062.863,19	51.297.287,18
(-) Total Acréscimo/(Décrécimo) do Passivo Circulante	26.538.150,01	50.068.884,45
Total das Atividades Operacionais	22.042.183,68	30.073.296,39
2 – Atividades de Investimento		
(-) Depósitos Restituíveis	(845.707,65)	21.838.518,76
(+) Transações com parte Relacionadas	4.547.846,45	8.628.867,99
(-) Investimentos	(2.993.918,64)	(526.781,23)
(-) Imobilizados	(14.637.102,03)	(40.045.672,59)
(-) Total das Atividades de Investimento	(13.928.881,87)	(10.105.066,57)
3 – Atividades de Financiamento/Empréstimos		
(+) Empréstimos e Financ. Bancários	(13.059.404,29)	(33.852.049,03)
(-) Mótuos	(3.435.863,39)	(7.297.150,10)
(-) Riscos Fiscais e Outros Passivos	8.366.585,90	22.623.201,83
(-) Total das Atividades de Financiamento	(8.128.681,78)	(18.525.997,30)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa (1+2+3)	(15.379,97)	1.442.232,52
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	707.605,07	734.627,45
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	692.225,10	707.605,07

de pagamento para o setor de transporte através da edição da lei nº 12.546/2011, e ampliada por alterações posteriores Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2012 e Lei nº 12.844/2013 que reduziu a contribuição patronal que era de 20% sobre a folha de pagamento para 2% sobre a Receita Operacional. O imposto de renda e contribuição social estão

Negócios

Motos elétricas: empresa constrói fábrica em Manaus e prevê faturamento de R\$ 69 milhões



No momento em que você lê essa matéria as peças das motos elétricas da Boram Eletric Motors cruzam os mares em direção à Zona Franca de Manaus, no Amazonas. Elas serão usadas para a primeira leva de 300 motocicletas que serão montadas na fábrica da empresa, prevista para ser inaugurada em julho deste ano.

A unidade já consumiu mais de 10 milhões em investimentos, valor dividido entre a estrutura fabril e a compra dos materiais para produção dos primeiros meses. O negócio nasceu em 2019 na capital amazônica pelas mãos dos empreendedores e irmãos Thiago e Hélio Freire como importação. Entre as vindas e

vindas da China, país de onde trazia os produtos variados como eletroeletrônicos, computadores, painéis solares e equipamentos de construção para o mercado brasileiro a partir da sua trade, a Freire Import, Thiago enxergou nas motos elétricas um potencial de negócio em meio à cruzada global por veículos sustentáveis. Com um fabricante local asiático, fechou uma primeira compra de 10 unidades – e vendeu. O irmão, profissional de TI e também conhecedor do ecossistema da Zona Franca, entrou no negócio e juntos investiram 7 milhões de reais. Ao longo dos últimos anos, os dois comercializaram mais de 1200 veículos em três estados da região norte: Amazonas, Rondônia e de Roraima, lo-

cais onde contam com 9 lojas, entre conceito e convencionais. No último ano, a empresa faturou R\$ 13 milhões oferecendo os cinco modelos do portfólio. Entre eles, scooter, moto cross e patinetes, com preços que ficam entre R\$14.750,00, da scooter, e R\$ 19.900,00, da new choper. A receita corresponde a uma taxa de crescimento de 225% em relação ao resultado obtido no ano anterior: 4 milhões.

A abertura da fábrica marca o novo momento do negócio em busca de uma expansão nacional. Com a montagem local e o uso de parte de componentes adquiridos de fornecedores nacionais, a operação terá uma redução “significativa de alguns impostos”, afirma Freire. Exame

Concessionárias de aeroportos querem renegociar R\$ 5 bi com governo



As concessionárias que administram seis dos aeroportos mais movimentados do país querem porque querem renegociar cerca de R\$ 5 bilhões em outorgas vincendas com descontos de até 10%, pagando o restante com precatórios.

A Anac já disse não, mas, segundo técnicos, ao menos três delas Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Confins (MG) ainda insistem.

Precatórios são títulos de dívidas da União com sentenças definitivas da Justiça que são pagos pelo Tesouro, respeitando uma fila.

No mercado, é comum uma empresa comprar ou vender esses papéis com descon-

A Gerdau quer dominar o mercado de grafeno – começando pelo Japão

Cinco anos atrás, a Gerdau começou a olhar para o mercado de grafeno como um movimento defensivo.

Na época, acreditava-se que o material – descoberto apenas 13 anos antes – poderia ser usado para fazer ligas leves que substituiriam o aço, ameaçando o ganha-pão da siderúrgica.

Depois de estudar a fundo o assunto, a gigante gaúcha percebeu que o risco de ‘disrupção’ era muito baixo, mas que o grafeno poderia ser usado para turbinar diversos produtos adjacentes a seu negócio, como tintas, concreto e plástico.

Assim nasceu a Gerdau Graphene, com o objetivo de desenvolver e comercializar produtos com grafeno em sua composição.

Agora, a Graphene acaba de fechar a maior parceria comercial de sua curta história de dois anos: um contrato com a Sumitomo para a distribuição de plásticos aditivados com grafeno no mercado japonês.

O produto que a Graphene vai vender no Japão

é uma combinação do chamado masterbatch (bolinhas de plástico concentrado que, depois de derretidas, moldam o plástico que a gente vê nas embalagens de shampoo, por exemplo) com um composto químico de grafeno.

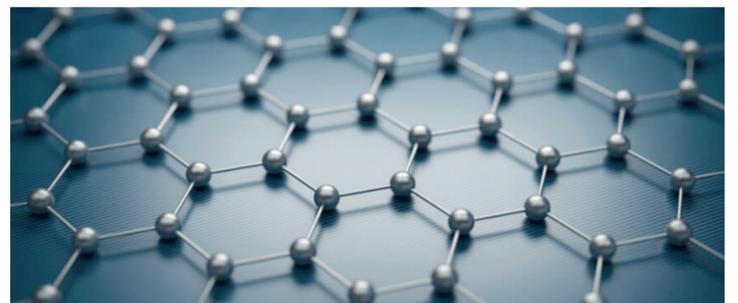
Ao acrescentar 0,5% de grafeno nesta mistura, é possível reduzir em 30% a quantidade de plástico usada.

“Isso gera uma economia no custo final do produto porque você produz um material mais fino,” o CEO da Graphene, Alexandre Corrêa, disse.

Além disso, há um ganho de produtividade.

As indústrias derretem o masterbatch para colocar no molde e fabricar o produto final. “Como o grafeno é um ótimo condutor térmico, percebemos que ele gera um ganho de produtividade de 7% a 8%, porque ele faz com que se chegue mais rápido no calor que precisa para derreter o plástico.”

Alexandre disse que isso é extremamente relevante na indústria de transformação porque as máquinas são muito caras. Brazil Journal



tos, que podem chegar a 30%.

Essas negociações ganharam força porque, no fim de 2021, uma emenda constitucional sancionada pelo Congresso permitiu o uso desses títulos em pagamento de compromissos de concessões (como a outorga), na compra de imóveis públicos em leilão, e na quitação de dívidas tributárias com a União.

Para as companhias, esse é um bom negócio porque, com os descontos na compra e venda dos precatórios, elas acabam desembolsando menos dinheiro na hora de quitar débitos com o governo.

Técnicos da Anac afirmam que as empresas que venceram as três primeiras rodadas de concessão estão

avaliando a renegociação com desconto: Inframérica, que administra os aeroportos de Brasília (DF) e Natal (RN); RIOGaleão (Galeão, RJ); GRU Airport (Guarulhos, SP); e BH Airport (Confins, MG). Ainda segundo eles, Guarulhos, Galeão e Confins seguem firmes na tentativa de obterem descontos de até 10% nos valores, caso antecipem pagamentos futuros desde que possam pagar a diferença com precatórios.

Na prática, com todos os descontos envolvidos nessa operação (da renegociação e dos títulos adquiridos no mercado), o valor devido pelas empresas poderia cair de R\$ 5 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Julio Wiziack/Folhapress